

ESTUDOS
Sociedade e Agricultura

Estudos Sociedade e Agricultura

ISSN: 2526-7752

estudoscpda@gmail.com

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Brasil

Pitaluga, Christiane Marques; Le Bourlegat, Cleonice Alexandre
Ecossistemas de inovação e as cadeias curtas no abastecimento de alimentos saudáveis
às populações vulneráveis em Mato Grosso do Sul durante a pandemia da Covid-19
Estudos Sociedade e Agricultura, vol. 29, núm. 2, 2021, Junio-Septiembre, pp. 404-426
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n2-7>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=599970113008>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica Redalyc

Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso
abierto

Ecosistemas de inovação e as cadeias curtas no abastecimento de alimentos saudáveis às populações vulneráveis em Mato Grosso do Sul durante a pandemia da Covid-19

DOI: 10.36920/esa-v29n2-7

 Christiane Marques Pitaluga¹ |  Cleonice Alexandre Le Bourlegat²

Resumo: Inseridos nesse contexto da pandemia causada pela Covid-19 e da insegurança alimentar, tem sido importante a manifestação do repensar “novas formas” de comercialização, distribuição e consumo territorializados, que possam envolver a participação de coletividades, na busca de soluções mais ágeis. O objetivo deste estudo foi verificar as condições em que se estruturaram e funcionaram, em Mato Grosso do Sul, dois ecossistemas de inovação, que emergiram por incentivo da Fundação Banco do Brasil durante a pandemia da Covid-19, atuando por meio de cadeias curtas, visando respostas urgentes para o abastecimento de alimentos saudáveis às populações mais vulneráveis. O objeto desta investigação foram os ecossistemas articulados pela Central dos Trabalhadores/as da Economia Solidária em Campo Grande e Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul (Apoms) em Glória de Dourados, com área de atuação em diversos municípios do entorno, envolvendo os fornecedores e a população beneficiária. A pesquisa, do tipo descritiva e exploratória, baseou-se em uma revisão bibliográfica inicial, seguida de coleta de informações em fontes bibliográficas e documentais e, ainda, aplicação de entrevistas semiestruturadas aos responsáveis pelas entidades articuladores de cada ecossistema. Foi possível constatar que a estrutura e o desempenho dos dois ecossistemas de inovação responderam, em grande parte, não apenas ao contexto das circunstâncias e territórios em que se manifestaram, mas também à natureza das políticas públicas de incentivo. Além de dinamizar a economia local, favoreceram a inclusão social de populações vulneráveis e, mesmo que de forma paliativa, garantiram a segurança alimentar de diversas famílias dos territórios em que operaram no Mato Grosso do Sul, numa forma inovadora de se construir mercados sociais.

Palavras-chave: ecossistema de inovação; cadeias curtas de abastecimento; segurança alimentar.

Abstract: (*Innovation ecosystems and short chains in healthy food supply to vulnerable populations in Mato Grosso do Sul during the Covid-19 pandemic*). Inserted in this context of the pandemic

¹ Professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutoranda em Desenvolvimento Local na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). E-mail: christiane.pitaluga@ufms.br.

² Professora e pesquisadora na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Diretora Acadêmica e docente do Master Internacional Erasmus Mundus (SteDe). Doutorado em Geografia (Desenvolvimento Regional) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). E-mail: clebourlegat@ucdb.br.

caused by Covid-19 and food insecurity, it has been important to reflect on the rethinking of “new forms” of territorialized commercialization, distribution and consumption, which may involve the participation of communities, in the search for quick and more agile solutions. The objective of the study was to verify the conditions in which two innovation ecosystems were structured and operated in Mato Grosso do Sul, which emerged at the encouragement of the Banco do Brasil Foundation during the Covid-19 pandemic, working through short chains, in the search for urgent solutions to supply healthy food to the most vulnerable populations. The object of this investigation was the ecosystems articulated by the Central dos Trabalhadores/as da Economia Solidária in Campo Grande and the Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul (APOMS) in Glória de Dourados, with an area of activity in several surrounding municipalities, involving suppliers and the beneficiary population. The research, of a descriptive and exploratory type, was based on an initial bibliographic review, followed by the collection of information from bibliographic and documentary sources and also the application of semi-structured interviews to those responsible for the entities that articulate each ecosystem. It was possible to verify that the structure and functioning of the two innovation ecosystems responded in great part, not only to the context of the circumstances and territories in which they were manifested, but also to the nature of public incentive policies. In addition to boosting the local economy, they favored the social inclusion of vulnerable populations and, even if in a palliative way, they guaranteed food security for numerous families in the territories where they demonstrated an innovative way of building social markets in Mato Grosso do Sul.

Keywords: innovation ecosystem; short supply chains; food security.

Introdução

A pandemia provocada pelo coronavírus, Covid-19, no Brasil provocou diversos desafios a serem transpostos, até então pouco comuns, principalmente no campo da saúde e da economia. Diante dos sistemas de saúde prevalentes e dada a natureza completamente atípica e peculiar da Covid-19, os reflexos se deram tanto na manutenção da saúde como da economia. Nesta última, ganharam destaque os desafios detectados em relação à oferta e à demanda de produtos e serviços, que afetaram os agricultores familiares e o pequeno comércio do lado da oferta e as populações mais vulneráveis em termos de poder aquisitivo do lado da demanda.

Como respostas urgentes dadas para esta situação, chamou a atenção em Mato Grosso do Sul a emergência de dois ecossistemas de inovação, deflagrados por incentivo da Fundação Banco do Brasil (FBB, 2020). A finalidade neste caso foi procurar trazer soluções territoriais ágeis, por meio de cadeias curtas de abastecimento, tanto para o mercado de oferta da agricultura familiar e pequeno negócio comercial como para o

mercado da demanda das populações em situação de insegurança alimentar e, consequentemente, vulnerabilidade.

Assim, diante deste contexto, o objetivo deste estudo consistiu em verificar as condições em que se estruturaram e funcionaram, em Mato Grosso do Sul, dois ecossistemas de inovação, que emergiram por incentivo da Fundação Banco do Brasil durante a pandemia da Covid-19, articulando-se por meio de cadeias curtas, visando respostas urgentes para o abastecimento de alimentos saudáveis às populações em situação de vulnerabilidade, bem como à construção de novos mercados sociais.

A redação do artigo foi estruturada em três seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção destinou-se à apresentação de um referencial teórico, selecionado para facilitar os caminhos metodológicos e as reflexões a respeito dos resultados obtidos na pesquisa. Na segunda, foi demonstrada a metodologia de estudo. Para a última seção, foi reservada a exposição e a discussão sobre as condições da emergência deste ecossistema de inovação, assim como de sua estrutura, articulação e funcionamento.

Ambientes inovadores

Ecossistema de Inovação

O conceito de inovação, utilizado na compreensão da dinâmica do desenvolvimento econômico, no modelo de empresa competitiva, foi construído na primeira metade do século XX pelo economista Joseph Schumpeter (1988), manifestado sob a forma de inovação radical ou incremental. A inovação radical ocorre quando um novo produto, processo produtivo ou forma de organização promove uma ruptura estrutural do padrão tecnológico anterior, com grande impacto na economia e na sociedade, de longo prazo. Já a inovação incremental supõe uma melhoria contínua do produto, processo produtivo ou organização de curto prazo, que não chega a causar alteração na estrutura industrial (FREEMAN, 1988). A inovação disruptiva é um conceito mais recente, que envolve organizações compartilhadas em rede, em geral mediadas por tecnologias digitais, cuja inovação é dada por novos modelos de negócio, com produtos mais simples e acessíveis, que atingem mercados emergentes ou antes ignorados, num ajuste às necessidades específicas dos usuários (CHRISTENSEN, 2012).

A noção de ecossistema, uma abordagem ecológica da natureza construída no âmbito da biologia, foi trazida para a economia por James Moore (1996), quando escreveu a obra *A morte da competição*. Segundo ele, por maior que fosse uma empresa, sozinha não conseguiria controlar com agilidade e flexibilidade, a complexidade e a rapidez dos fluxos apresentadas nas diversas realidades vivenciadas no mundo. Partindo desta

ideia, Chesbrough (2003) propôs a prática da “inovação aberta” (*open innovation*), fruto de uma articulação em rede de empresas com outras instituições, para poder inovar. Nesse novo modelo em rede, de natureza interativa, combinam-se as competências e as habilidades para poder agir e inovar, condição essa que deixa uma fronteira porosa entre os participantes. Mais tarde, Cayarannys e Campbell (2009) apontaram a importância da participação da sociedade civil, seja como cliente, seja como usuário do serviço, neste processo coletivo de natureza ecossistêmica de inovação aberta. Chamaram este modelo de “quádrupla hélice”, uma vez que envolve quatro naturezas de participantes: governo, empresas, instituições de pesquisa e tecnologia e a sociedade civil. Esses novos formatos em modelos de negócio têm se mostrado os mais propícios às inovações disruptivas.

De acordo com Thomas e Autio (2020), o ecossistema se define por quatro características básicas. Uma delas diz respeito à heterogeneidade de participantes, geralmente envolvendo organizações governamentais, empresariais e de ciência e tecnologia. A segunda se refere à sua maior abrangência e agilidade, resultante de uma combinação realizada de forma coerente, para produzir rápidas mudanças, mesmo as mais inesperadas. A terceira é relativa à interdependência dos participantes coespecializados no âmbito das redes de interações por eles constituídas. Esta interdependência pode ser tanto tecnológica como no exercício de diferentes papéis, seja na oferta do produto ou serviço que cada um pode oferecer. Mas também pode se manifestar como uma interdependência cognitiva, dada pelas diversas competências que se combinam de forma coerente, como por regras e valores estabelecidos em comum. A interdependência cognitiva pode contribuir para definir uma identidade de coesão ao grupo em relação à sua finalidade. Por fim, a quarta característica relaciona-se ao estabelecimento de uma forma de governança construída entre os participantes. Neste processo, cada participante mantém sua própria autonomia, mas se coordenam de forma coerente entre si, mediante relações de interdependência, numa estrutura de coalinhamento.

Ocorreram diversos avanços na economia, na conceituação de ecossistemas e sob diferentes abordagens (THOMAS; AUTIO, 2020). Os modelos territorializados de ecossistemas estão mais focalizados na dinâmica empreendedora de uma coletividade que habita o mesmo local ou região, mas que pode ganhar escalaridade e atingir até mesmo a esfera global. Já os ecossistemas não territorializados são aqueles estruturados com atores de localidades distintas, preferencialmente por meio de plataformas digitais. Do ponto de vista da estrutura organizacional, segundo Thomas e Autio (2020), os ecossistemas podem se manifestar sob três modalidades: ecossistema empresarial,

ecossistema de conhecimento e ecossistema de inovação. A primeira modalidade é estruturada para funcionar como um novo modelo de negócio, construída de forma compartilhada, do qual o cliente/usuário também participa, visando gerar um valor em forma de produto ou serviço. O ecossistema de conhecimento emerge para a produção de novos conhecimentos baseados em pesquisa.

O ecossistema de inovação, tanto de produtos como de serviços, emerge de um grupo diversificado de partes interessadas, destinado a criar valor a um determinado tipo de usuário previamente definido, buscando trazer soluções para suas demandas específicas. Neste ecossistema, conforme assinala Valkokari (2015), um conjunto de atores passam a interagir num determinado espaço, cada um desempenhando um papel de acordo com suas competências, focalizados numa solução inovadora para um problema comum. Deste ambiente interativo participam órgãos de ciência e tecnologia, empresas, governos e as pessoas-alvo das necessidades a serem atendidas. Dele participam, segundo Thomas e Autio (2020), uma variedade de partes interessadas, direcionadas à resolução de problemas de um público predefinido, segundo uma estrutura compartilhada e de coalinhamento. Nele destacam-se duas características: (1) uma combinação de diversos recursos, sejam materiais e imateriais, gerados no conjunto desta coletividade; (2) a fluidez dos contatos de natureza relacional atribui mais agilidade nos processos de inovação, especialmente quando mediado por tecnologias digitais.

Cadeias curtas como novo paradigma de abastecimento alimentar

As cadeias curtas que conectam pequenos produtores a consumidores de cidades próximas vêm sendo abordadas como um novo paradigma de abastecimento, que visam, segundo Marsden, Bank e Bristow (2000), ao atendimento às necessidades de uma nova política alimentar, em geral com produtos naturais de especialidade local e regional.

De acordo com Renting, Marsden, Banks (2003), esta modalidade de abastecimento contribui para extirpar o modelo da cadeia convencional, via construção de novos relacionamentos entre produtores e consumidores. Isto significa para Goodman (2003) uma redefinição de novas relações entre os mercados de oferta e demanda. Na abordagem de Schneider e Ferrari (2015), estas se apresentam como mais uma das estratégias empreendedoras, seja para capturar uma fatia do valor produzida nas cadeias de alimentos, seja para revalorizar produtos rurais produzidos segundo um “saber-fazer” da própria cultura.

A venda direta do produtor ao consumidor, segundo Chiffolleau (2008), não é um fenômeno novo. No entanto, diante do atual contexto de complexidade e de rapidez de transformações, as cadeias curtas vêm se apresentando como uma forma renovada de trazer respostas alternativas a determinados tipos específicos de consumidores, para quem a agricultura padronizada vendida em grandes mercados não é capaz de atendê-los. Conforme já assinalavam Renting, Marsden, Banks (2003), o consumo de alimentos está cada vez mais entrelaçado com os diferentes estilos de vida. De fato, na atual complexidade vivenciada no mundo, expressam-se coletividades com diversos estilos de alimentação e exigências de qualidade que fogem da padronização dos mercados. Por outro lado, a condição de pobreza, aprofundada pela desigualdade de renda, exclui grande parte da população como consumidora desse mercado padronizado dominante.

Para Matte *et al.* (2016), as cadeias curtas emergem de mercados construídos socialmente e envolvem ações coordenadas entre os diversos atores participantes, mobilizados no local de vida comum, como estratégia apropriada de desenvolvimento, no enfrentamento ao modelo hegemônico da agricultura padronizada. O desenvolvimento dessas novas formas de abastecimento alimentar configura-se um fator essencial nas ações que sustentam essas práticas recentes (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003).

Marsden, Banks e Bristow (2000) referiram-se às cadeias curtas baseadas no modelo da venda direta, que chamaram de *face-to-face*. Identificaram ainda um segundo tipo denominado espacialidade proximal, em que o produto é dotado de algum atributo local, fruto da proximidade espacial de alguns agricultores enraizados em determinados saberes e tradições culturais. Neste segundo tipo podem se manifestar redes emergentes, construídas socialmente, com vendas realizadas por meio de intermediário, adotadas num processo coletivo de desenvolvimento rural. Schneider e Ferrari (2015) lembram que no Brasil esta última modalidade pode reunir agricultores de diversos municípios. Por fim, no terceiro tipo apontado por Marsden, Banks e Bristow (2000) inserem-se as cadeias curtas espacialmente estendidas, ou seja, aquelas em que os produtos passam a ser vendidos fora da região, mas diferenciados em função das informações dadas sobre o contexto territorial de suas origens.

Os dois primeiros tipos de cadeias curtas são desenvolvidos numa menor distância relacional, oportunizando aos consumidores melhor comunicação com os produtores, mediante diálogos, por meio dos quais estes apresentam quesitos que gostariam de ver incorporados nos alimentos que adquirem. Também possibilitam mais transparência nessa relação, quando o consumidor pode ir até a propriedade para confirmar as informações fornecidas pelo produtor (ROSS, 2006). Os benefícios oriundos de valores

que o consumidor está disposto a pagar pelas informações recebidas, por exemplo, não seriam possíveis num mercado de *commodities* dentro das tradicionais cadeias agroalimentares (RICHARDS, 2015).

De acordo com Chiffolleau (2008), na cadeia curta a estratégia de venda pode se dar diretamente entre o produtor e o comprador, ou mobilizar um intermediário neste processo. No primeiro modelo de relação direta, a venda pode ocorrer sob três formas de relação. Uma delas é aquela feita diretamente entre o produtor individual e o consumidor e, a segunda, entre produtores que atuam coletivamente. Nestas duas modalidades do primeiro modelo, o produto pode ser buscado diretamente pelo consumidor na propriedade agrícola ou numa barraca do produtor, como também pode ser colocado pelo produtor em feiras, em mercados ou pontos de venda coletivos, ou ainda entregues sob a forma de cestas ao consumidor. A terceira modalidade desse primeiro modelo é aquela em que se constrói um arranjo cooperativo entre um coletivo de produtores e consumidores, sendo os produtos entregues por meio de cestas.

No segundo modelo de cadeia curta, segundo Chiffolleau (2008), o consumo ocorre por meio de um intermediário, ou se dá na ausência do produtor. Neste caso, o produtor também pode ser individual ou coletivo. No caso do produtor individual, ele pode realizar a venda pela internet, entregar a restaurantes ou até mesmo em supermercados. Já o produtor coletivo pode entregar os produtos a distribuidores como associações ou cooperativas, ou ainda em lojas de consignação ou revenda em um determinado grupo de restaurantes.

A análise comparativa de abordagens apresentadas já deixa entrever a existência de concepções diferenciadas entre os diversos estudiosos, a respeito das cadeias curtas de abastecimento alimentar. Para Renting, Marsden e Banks (2003), isto se deve, sobretudo, à diversidade de sistemas agrícolas e suas configurações territoriais hoje existentes, como também à grande variedade de consumidor e às suas percepções sobre alimentos e, ainda, às diferenças de apoio institucional e político que essas iniciativas vêm recebendo. Nas abordagens de Schneider e Gazzola (2017), sobre as cadeias curtas de abastecimento alimentar no Brasil, elas têm também servido de alternativa para mitigar a crise instalada, promovendo a inclusão socioeconômica de um grupo de produtores excluídos pelo sistema agroalimentar dominante.

Mas é preciso reconhecer, segundo estes autores, que essas cadeias curtas de abastecimento criam novas relações entre a agricultura e a sociedade, produtores e consumidores, assim como entre consumidores e seus alimentos, num processo de ressocialização e localização dos alimentos. Visto assim, Niederle e Wesz Junior (2018) entendem que só será possível compreender a força desses mercados quando os atores

envolvidos estiverem aptos a produzir ou conseguirem se condicionar às suas realidades, inovações tecnológicas, institucionais e organizacionais de acordo com suas expectativas de vida. Existem diversos outros estudos que assinalam a importância desses modelos de abastecimento alimentar, dotados de arranjos mais regionalizados e/ou localizados (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003; DONALD *et al.*, 2010). Neste caso, já destacava e acrescentava Kirwan (2004), a produção, o processamento e o abastecimento dos alimentos ocorrem dentro de um espaço geográfico definido, oportunizando melhorias, impactos socioeconômicos e ambientais desejáveis.

Importante lembrar que ecossistemas de inovação podem emergir no suporte à construção social de cadeias curtas de abastecimento alimentar em acordo aos novos paradigmas, como também na resolução de problemas específicos àquelas já construídas, nos devidos contextos em que estas cadeias curtas se manifestam. A rede de inovação horizontal, neste caso, pode ser induzida por um órgão ou política pública específica, na busca de sinergia entre os atores, de modo a tornar mais eficiente o uso dos recursos disponíveis (PELLEGRIN *et al.*, 2007).

Delineamento dos atores sociais e dos ambientes

O objeto desta investigação consistiu em apresentar dois ecossistemas de inovação que surgiram por incentivo de uma política pública da Fundação Banco do Brasil, utilizando-se das cadeias curtas de abastecimento alimentares, destinadas a abastecer populações vulneráveis de duas regiões de Mato Grosso do Sul, uma sob influência de Campo Grande, capital do estado, e outra sob influência do município de Glória de Dourados.

A pesquisa do tipo descritiva, exploratória e de ordem qualitativa baseou-se em uma revisão bibliográfica inicial a respeito das teorias existentes sobre ecossistemas de inovação e cadeias curtas de abastecimento. As primeiras informações a respeito destas estruturas e do funcionamento destas iniciativas foram buscadas em fontes bibliográficas e documentais.

A estas informações de fontes secundárias procuramos correlacionar dados coletados diretamente com dois atores que protagonizaram a construção social deste ecossistema de inovação. Destacamos a adoção de uma abordagem empírica e indutiva, que buscou compreender a comercialização e o abastecimento aos novos mercados como um ecossistema. Foram utilizadas ferramentas que facilitassem o diálogo com estes atores, ou seja, entrevistas semiestruturadas.

Estas foram aplicadas e realizadas via Google Meet, a dois dos responsáveis pela execução do processo de comercialização dos produtos, sendo: 1)

<https://meet.google.com/zyz-ksug-wea>, entrevista com a coordenadora da ação da CTES; e 2) <https://meet.google.com/bxs-opmr-bzy>, entrevista com o coordenador técnico da Apoms, durante esse momento da pandemia da Covid-19. Cabe evidenciar que os atores-chave autorizaram a gravação e posterior reprodução e divulgação de suas entrevistas, que foram consideradas na elaboração do artigo.

No que se refere às apreciações e às interpretações promovidas, conforme a análise qualitativa dos dados, tanto as falas dos entrevistados quanto as publicações aqui elencadas foram submetidas às técnicas de análises de conteúdo (BARDIN, 1977). As interpretações foram realizadas com o suporte do referencial teórico, que permitiu a elaboração de uma estrutura baseada na construção de três categorias, sendo elas: vínculos de confiança, contexto territorial das ações, mercados sociais.

Constituição dos ecossistemas de inovação apoiados pelas cadeias curtas de abastecimento

A pandemia do novo coronavírus gerou um contexto de grandes desafios à dinâmica da economia brasileira em 2020, afetando, entre outros, a comercialização dos produtos dos pequenos negócios na cidade e das propriedades familiares no campo. Para estas últimas, desde 2003, o governo federal havia criado dois programas de aquisição de alimentos, visando seu escoamento para o abastecimento das escolas públicas: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em 2003, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), em 2009. Conforme assinala Holt (2005), a política de aquisição de alimentos emanada do setor público para o abastecimento alimentar de instituições públicas (redes de ensino, sistema de saúde e penitenciário), passou a valorizar produções baseadas em modelos sustentáveis. Essa natureza de política também veio revelar a urgência de novos mecanismos e trouxe outros significados para seus fins (GRISA; SCHNEIDER; VASCONCELOS, 2020).

No que tange ao consumo, os referidos Programas oportunizam o direito à alimentação, em especial a grupos em situação de vulnerabilidade social. Entre estes, estão não apenas alunos de todos os níveis educacionais e de todas as esferas públicas, como também os beneficiários dos Centros de Referência de Assistência Social – Cras, enfermos, e aqueles que se encontram no sistema penitenciário. Além do suporte destes programas governamentais, uma parte destas propriedades familiares atendia ao consumo urbano, por meio de feiras livres e mercados locais (FUTEMA *et al.*, 2020). Mas o fechamento das escolas, assim como das feiras, restaurantes, lanchonete, bares e mercados urbanos, dificultou a possibilidade de escoamento da produção da agricultura familiar.

Por outro lado, o Brasil já estava mergulhado em um processo de desaceleração do crescimento econômico, o que contribuiu para o enfraquecimento das políticas sociais desde 2016. Esta situação repercutiu no aprofundamento da condição de pobreza e vulnerabilidade social de grande parte da população brasileira e, por consequência, no agravamento da fome e insegurança alimentar. O cenário de pandemia do novo coronavírus atribuiu grande magnitude a estas questões, expondo muito mais as populações vulneráveis à contaminação pela Covid-19. O grande obstáculo a ser superado no mercado de alimentos saudáveis, nessa condição de pandemia, referia-se, por conseguinte, tanto à venda como à compra.

Os desafios na situação de emergência criada durante a pandemia da Covid-19 passaram a ser enfrentados de diversas maneiras, sob forma de soluções urgentes, que pudessem contemplar a agricultura familiar e também os pequenos negócios, no atendimento imediato às populações mais vulneráveis. De acordo com Ribeiro-Silva *et al.* (2020), essas iniciativas ocorreram por meio de redes sociais e com entregas no domicílio, mediante apoio financeiro de fundos bancários e empresariais, assim como iniciativas de várias organizações da própria sociedade civil.

Constituição dos Ecossistemas de Inovação com cadeias curtas de abastecimento alimentar

Dentre estas iniciativas, o destaque neste estudo foi dado àquela da Campanha “Ação de Assistência Social e Saúde: Proteja e Salve vidas”, uma política de ajuda humanitária, sob a coordenação da Fundação Banco do Brasil, que foi dirigida às populações vulnerabilizadas visando ao enfrentamento da pandemia da Covid-19. Os recursos financeiros foram doados por diversas instituições, em especial a cooperativa de crédito Cooperforte, a BB Seguros e o Banco BV, estas duas últimas do conglomerado Banco do Brasil, além de outros doadores da sociedade civil.

A Fundação Banco do Brasil procurou envolver por meios institucionais na arquitetura dessa rede de solidariedade, de um lado, o atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade social, especialmente aquelas pertencentes aos grupos de risco. De outro, buscou inserir micro e pequenos empreendedores, do campo e da cidade, na condição de principais fornecedores de alimentos saudáveis.

Em cada território-alvo de atendimento para estes dois mercados, de oferta e demanda, a Fundação Banco do Brasil buscou eleger, via chamada pública emergencial, uma entidade sem fins lucrativos, reconhecida regionalmente por sua notória atuação na área de assistência social e saúde. A função dessa entidade foi receber o repasse dos recursos financeiros da Fundação Banco do Brasil, com a finalidade de adquirir os alimentos dos agricultores familiares, associações/cooperativas e pequenos negócios

urbanos e, simultaneamente, organizar a distribuição dos alimentos adquiridos às populações vulneráveis, sob a forma de cestas básicas. A mobilização dos parceiros locais foi deflagrada em abril de 2020, com duas entregas de cestas básicas previstas para junho do mesmo ano, representando no conjunto o atendimento a 3.600 famílias.

Para garantir estas operações com a agilidade e a eficiência exigidas pela urgência da situação, tanto de aquisição como de distribuição dos alimentos para cada entidade definida, se fez necessária a construção de dois ecossistemas em Mato Grosso do Sul, induzidos pela Fundação Banco do Brasil. Constituiu-se, deste modo, em cada uma das duas regiões selecionadas em Mato Grosso do Sul, uma rede interativa e articulada de partes interessadas, dotada de uma arquitetura específica, para operar como ecossistema, por meio de cadeias curtas de abastecimento alimentar.

Em Mato Grosso do Sul foram averiguados dois ecossistemas voltados ao abastecimento de alimentos saudáveis, constituídos a partir do convite para participarem da chamada pública realizada pela Fundação Banco do Brasil. Para este fim foram selecionadas a Central dos Trabalhadores/as da Economia Solidária (CTES), em Campo Grande, e a Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul (Apoms), em Glória de Dourados. Cada uma delas se tornou o “nó” de articulação de um ecossistema para poder inovar na construção social dessas soluções. A área de abrangência territorial dos participantes foi desenhada em função da concentração dos produtores conectados a cada entidade, assim como das populações vulneráveis a serem atendidas nas proximidades dos produtores. No caso da CTES, a campanha atingiu os municípios de Campo Grande, Anastácio, Aquidauana, Terenos, Sidrolândia e Douradina. No ecossistema articulado pela Apoms, os produtores e consumidores dos alimentos concentraram-se nos municípios de Dourados, Glória de Dourados e Ivinhema.

A Central dos Trabalhadores/as da Economia Solidária (CTES) tem sua sede e funciona em Campo Grande desde 2008, e surgiu do movimento nacional de Economia Solidária. O seu objetivo tem sido incentivar pessoas a protagonizar uma nova economia e uma nova forma de viver, baseadas na solidariedade, democracia, autogestão, justiça social, procurando valorizar o saber local, o ser humano e o consumo consciente. Em Campo Grande, a CTES mantém uma Central de Comercialização de Economia Solidária. Ela se constitui de diversos grupos organizados, seja para produzir alimentos orgânicos, ou ainda artesanato, roupas e acessórios, seja para prestar serviços, a exemplo de massagens terapêuticas, de costura e de cabeleireiro. A finalidade é promover efetivamente a melhoria socioeconômica de seus integrantes, garantindo-lhes trabalho e renda com dignidade.

A Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul (Apoms), por seu turno, foi formalizada em 2000, por um grupo de produtores de café orgânico, evoluindo para uma rede de produtores agroecológicos de diversas naturezas, inclusive a prática do extrativismo sustentável. Operam por meio de Núcleos de Produtores organizados por afinidade e/ou proximidade, no âmbito dos quais se estabelece um coordenador para garantir a articulação dessa rede. O grande objetivo dos integrantes da rede Apoms tem sido a estruturação de seu Sistema Participativo de Garantias (SPG) para produtos orgânicos, adotando os critérios do Comércio Justo e Solidário.

Seleção dos fornecedores e beneficiários das cestas básicas

Para o fornecimento dos alimentos saudáveis provenientes do campo, foram estabelecidos com cada uma das duas entidades eleitas, mediante diálogo ininterrupto com representantes da Fundação Banco do Brasil, os critérios de seleção dos fornecedores no território de abrangência mais impactado pela pandemia. Um quadro de colaboradores foi mobilizado por essas entidades para realizar o levantamento das informações sobre os locais com disponibilidade dos produtos e a possibilidade de um fornecimento coletivo.

Desta forma, passaram a fazer parte da CTES sete colaboradores ligados a coletividades de propriedades de agricultura familiar. Dois deles eram de Campo Grande (Associação de Pequenos Produtores Rurais Nova Era e Assentamento Terra Solidária), um de Anastácio (Cooperativa dos Produtores Rurais do Pulador de Anastácio – Copran), três de Terenos (Cooperativa Mista Agropecuária do Assentamento Campo Verde – Coopverde e Cooperativa dos Produtores Rurais do Assentamento Nova Aliança – Cooperana) e um de Sidrolândia (Assentamento Eldorado). Também foram inseridos no conjunto de fornecedores da CTES alguns agricultores familiares isolados e desvinculados de associações, de modo a permitir sua inclusão socioeconômica.

O quadro de colaboradores da Apoms para o levantamento dos fornecedores foi constituído a partir dos próprios produtores integrantes dessa rede, em Glória de Dourados e Dourados. É preciso salientar que essas organizações coletivas da agricultura familiar também contribuíram com o fornecimento de outros produtos complementares da cesta básica, tais como pães caseiros, ou mesmo sabão líquido, desinfetante e máscara, produzidos por grupos organizados por mulheres rurais.

Além da agricultura familiar, fizeram parte do complemento da cesta básica fornecedores urbanos de alimentos (como arroz e feijão) ou de outra natureza. A CTES elegeu para este fim alguns pequenos estabelecimentos comerciais nos bairros da

periferia das cidades de Campo Grande, Aquidauana e Anastácio. A Apoms contou para isso com parceiros urbanos, a exemplo do Grupo Pirê de Economia Solidária de Dourados, que se ocupou da oferta dos produtos de higiene. E ambas as instituições também elegeram as mulheres, pertencentes à Central de Economia Solidária, que produzem sabão líquido e em barra para complementarem com itens de higiene as cestas básicas.

A seleção das populações em condições vulneráveis a serem beneficiadas com as cestas básicas requereu outras formas de parceria e ajustes, também num processo dialogado. Para contribuir nesta distribuição de cestas básicas foi fundamental a parceria com os órgãos de assistência social dos municípios, em particular dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e da Pastoral da Criança, movimento religioso vinculado à estrutura da Igreja Católica. Mediante apoio desses colaboradores, foi possível ainda planejar as famílias-alvo, a forma e logística de distribuição, assim como o agendamento de entregas das cestas básicas, num respeito rígido às normas sanitárias de segurança.

Na seleção dos beneficiários das cestas de alimentos foram levados em consideração outros critérios de vulnerabilidade social além da pobreza, tais como famílias com pessoas idosas, doentes, gestantes, crianças, e, ainda, aquelas famílias indígenas em condição de extrema precariedade. No ecossistema articulado pela CTES, foram contemplados indígenas de aldeias de Aquidauana e Anastácio, além de alguns outros moradores de Douradina. Quanto ao ecossistema articulado pela Apoms, foi selecionada a aldeia Jaguapiru, situada em Dourados, para se identificar famílias mais vulneráveis. Os colaboradores para indicação das aldeias foram as próprias lideranças indígenas e os agentes de saúde indígenas que ficaram responsáveis pelo mapeamento das famílias mais necessitadas. Do total das 3.600 famílias cadastradas, 2 mil estavam na região de Campo Grande, articulada com o suporte da CTES.

O diálogo mantido entre os participantes destes dois ecossistemas e o fato de todos vivenciarem o mesmo território favoreceu, em grande parte, a rápida negociação na composição das cestas básicas que, embora similares, não foram idênticas para os dois casos. É preciso lembrar que este conhecimento local na apreciação dos ingredientes básicos para uma alimentação saudável também requereu um diálogo com o conhecimento científico de nutricionistas. Nem todos os componentes das cestas básicas puderam ser fornecidos pelos agricultores familiares selecionados, em função da natureza de suas práticas dominantes, mais baseadas no cultivo de verduras, legumes, frutas e tubérculos. Assim, bens, a exemplo do arroz, feijão e produtos de higiene básica, foram fornecidos pelos pequenos negócios urbanos. Em certos casos, alguns produtos

puderam ser obtidos artesanalmente, mediante participação solidária do grupo de mulheres dentro das propriedades familiares ou mesmo na área urbana, tais como pão, sabão, detergente e até mesmo máscara de proteção contra a Covid-19.

Cabe salientar ainda que a construção e funcionamento desses dois ecossistemas, dada a urgência na busca de soluções, requereram agilidade nos fluxos de contato entre seus participantes, tanto do lado dos fornecedores como dos beneficiários. Embora tenham ocorrido alguns encontros presenciais entre os participantes do ecossistema, a própria condição de pandemia e a situação premente induziram o uso das tecnologias digitais neste processo comunicativo. Diversas decisões precisaram ser tomadas com rapidez, envolvendo, a mobilização de entidades colaboradoras, os constantes diálogos para o nivelamento das informações para adoção de critérios em comum, incluindo entre outros, definição dos fornecedores e beneficiários, dos itens que deveriam compor as cestas básicas e valores a serem pagos, do cronograma de entregas.

O suporte de ferramentas de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), tais como contatos por e-mail, reuniões pela plataforma do Google Meet, uso do WhatsApp para criação de grupos de discussão, vendas, listas de transmissão, envios de áudios, registros fotográficos e documentos, foi fundamental para a celeridade nos processos, concretização e sucesso da ação. Cabe destacar que muitos desses agentes envolvidos no processo não possuem escolaridade, assim, os recursos de áudio e os registros fotográficos feitos pelos celulares, via WhatsApp, foram decisivos e fundamentais para garantir não apenas a presteza, mas também como forma de inclusão social e nova modalidade de envio de documentos.

Ainda que alguns agricultores familiares tivessem alegado falta de familiaridade com o uso dessas novas tecnologias, os entrevistados foram unânimes em afirmar que o acesso e a disponibilidade do sinal de internet configuraram-se como o mecanismo que proporcionou a ampla utilização das plataformas. Segundo eles, as diversas ferramentas digitais que passaram a conhecer e a usar, facilitaram e agilizaram sobremaneira a condução dos processos.

Desempenho dos ecossistemas de inovação com cadeias curtas de abastecimento alimentar

Os resultados da pesquisa, ao serem correlacionados ao referencial teórico selecionado, permitiram algumas discussões relativas ao desempenho dos ecossistemas e das cadeias curtas. Foi importante ainda, neste processo, conhecer estes desempenhos por meio das percepções dos responsáveis pelas duas entidades que articularam os ecossistemas de inovação avaliados.

Desempenho dos ecossistemas de inovação em ações de urgência

Com base na abordagem de Thomas e Autio (2020), os dois arranjos institucionais, articulados pela CTES e pela Apoms, surgiram e se comportaram como ecossistemas, tanto pela heterogeneidade de participantes como pela capacidade de maior abrangência e agilidade dos envolvidos, ainda graças a uma combinação realizada de forma coerente para produzir rápidas mudanças, assim como pela autonomia e interdependência dos participantes e coesão em relação à sua finalidade, que se coordenam por uma estrutura de coalinhamento. No conjunto desta grande rede horizontal de inovação, a Fundação Banco do Brasil, como órgão público e regido por uma política pública específica de campanha humanitária, atuou como indutor deste ecossistema de inovação, apoiado numa estratégia de cadeias curtas de abastecimento.

Do ponto de vista de sua natureza, com base nas colocações de Thomas e Autio (2020), a arquitetura e o desempenho destes dois arranjos foram típicos de um ecossistema de inovação. A combinação estabelecida entre os participantes voltou-se para uma produção com vistas à solução de uma questão específica, ou seja, a cesta básica destinada a um determinado tipo de usuário, as populações vulneráveis. Os recursos, como se pôde constatar, foram gerados pela própria coletividade. O montante financeiro da Fundação Banco do Brasil, como se anunciou, originou-se de doações de diversas organizações e da sociedade civil. Os bens de consumo para compor a cesta básica foram fornecidos pelos agricultores familiares e pequenos negócios, inclusive pelo grupo Pirê de economia solidária urbano. Também foram utilizados recursos cognitivos, ou seja, as competências e valores de cada participante para garantir o bom desempenho dessa rede de interações. Chamou a atenção ainda neste sentido a construção de um espírito de coesão do grupo, atribuído pela cumplicidade comum no cumprimento das metas estabelecidas por todos e a busca pela construção de novos mercados sociais.

A Fundação Banco do Brasil, por meios institucionais, elegeu as entidades articuladoras para atuar como “nó” desses dois ecossistemas. Ambos já se constituíam sistemas organizados autônomos, funcionando de acordo com os princípios, valores e regras de coordenação próprias. Em função disso, a mobilização de seus colaboradores, especialmente na condição de fornecedores, foi facilmente agilizada, regida por laços de confiança construídos anteriormente entre si. Para compor o ecossistema desta campanha humanitária, cada sistema elaborado historicamente no âmbito dessas duas entidades teve que se abrir para se relacionar com outras organizações parceiras também autônomas. Mesmo funcionando segundo princípios próprios, estas entidades criaram uma estrutura de interdependência, na qual cada um exerceu papel relevante e

dela participaram, inclusive, representantes da população beneficiada. Note-se que entre os participantes estiveram organizações financeiras, órgãos de assistência social governamental e religiosa, grupo de comunidade solidária, comunidades indígenas. Essa condição atribuiu a esse arranjo o caráter de um ecossistema de inovação aberta, funcionando de forma dialogada, num processo de coalinhamento.

Assim, ainda que de caráter temporário, o ecossistema emergente foi inovador, demonstrando agilidade em trazer, mediante recursos financeiros alocados, fornecedores mobilizados com seus próprios recursos, associados a recursos cognitivos próprios de cada um dos integrantes, soluções rápidas que puderam contemplar, ao mesmo tempo, necessidades urgentes dos fornecedores e usuários. No conjunto, cada ecossistema constituiu um formato relacional, com maior força sinérgica na sua forma de desempenho. O contexto da situação e o novo formato relacional também contribuíram para a inovação na forma de interagir, inclusive mediante suporte de tecnologias digitais.

Desempenho das cadeias curtas de abastecimento alimentar na relação entre fornecedor e usuário

As cadeias curtas estabelecidas na relação proximal entre o fornecedor e o usuário, conforme a concepção de Matte *et al.* (2016), apresentaram-se como sendo as mais convenientes nestes dois ecossistemas estudados, envolvendo uma diversidade de atores, mobilizados no próprio território de vida comum, portanto, uma ação territorializada.

Como pudemos observar, grande parte da agilidade na dinâmica de comercialização pôde ser atribuída nos dois ecossistemas constituídos à prática das cadeias curtas de abastecimento alimentar, na relação estabelecida entre o fornecedor e o usuário. Além de simplificar e agilizar as relações, foi possível, conforme assinalaram Schneider e Ferrari (2015), capturar uma fatia do valor produzido nas grandes cadeias produtivas de alimentos e, ao mesmo tempo, possibilitar a inclusão socioeconômica de um grupo de produtores excluídos pelo sistema agroalimentar dominante.

Por outro lado, dada a intenção dos participantes do ecossistema em oferecer alimentos saudáveis, este arranjo representou uma situação, preconizada por Renting, Marsden e Banks (2003), de revalorização dos bens produzidos no campo, segundo um “saber-fazer” da própria cultura, neste caso, não só de produzir, como também de consumir e se relacionar. O desempenho produtivo no campo pôde ser vislumbrado, por exemplo, por meio da prática agrícola, como também por aquele grupo de mulheres na produção artesanal de pão, sabão, detergente e máscara, para compor a cesta básica. Junte-se a esta cultura do saber local, aquela da prática de economia solidária, na forma

de se relacionar, reinante entre os agricultores familiares selecionados ou entre os beneficiados pelas cestas básicas. Também foi possível constatar recursos de um saber local para selecionar itens dentro de uma cesta básica que estivessem mais entrelaçados com as especificidades do estilo de vida dos usuários.

A estrutura e o funcionamento das cadeias curtas de abastecimento alimentar construídas no âmbito dos dois ecossistemas de inovação analisados, na realidade, não corresponderam fielmente a nenhum dos modelos apresentados por Chiffolleau (2008), que se baseou nos exemplos franceses. Até certo ponto, mostraram uma combinação entre eles, tendo em vista as especificidades contextuais em que se manifestaram. Cada cadeia curta se construiu no âmbito de um ecossistema, mediante um arranjo cooperativo entre um coletivo de produtores e, em parte, de usuários, com produtos entregues no formato de cestas. Mas, neste caso, as relações entre produtor e usuário não se deram de forma direta. Elas foram mediadas pela coordenação da entidade articuladora dessa rede, com o apoio de outros parceiros do ecossistema construído. De fato, podemos concordar com Renting, Marsden e Banks (2003) quando citam que esses modelos diferenciados se devem às configurações territoriais e à diversidade dos arranjos, entre outros, como também ao tipo de consumidor e às percepções que ele tem dos alimentos e, ainda, ao tipo de apoio institucional e político prevalente.

Desempenho visto por meio da percepção dos articuladores dos dois ecossistemas

Além da discussão a respeito do desempenho dos ecossistemas de inovação e das cadeias curtas de abastecimento alimentar estudados com apoio teórico, se considerou válido conhecer a percepção das entidades articuladoras de cada um destes ecossistemas sobre esses desempenhos. De modo geral, os relatos obtidos permitiram contemplar olhares que levaram em conta grande parte dos princípios e valores praticados no âmbito de seus próprios sistemas, assim como o grau de abertura para operar com parceiros inseridos em sistemas autônomos, regidos por outros valores específicos.

De acordo com a representante da Central de Trabalhadores/as da Economia Solidária – CTES, dado o momento tão atípico e de restrição para comercializar os produtos, a emergência do ecossistema de inovação se utilizando de cadeias curtas de abastecimento teve vários significados positivos para os agricultores familiares que assistiam a suas produções se deteriorando no campo. Em parte, significou a renovação da esperança para se construir e firmar novos mercados sociais, segundo princípios solidários. E o resultado do desempenho desse arranjo ainda atribuiu a todos os componentes mais força e resiliência para vencer desafios, sobretudo diante de

mercados incertos. Foi possível verificar vínculos de confiança nas relações estabelecidas neste conjunto e, ao mesmo tempo, uma valorização dos produtos e da cultura local. Afinal, os produtos fornecidos são carregados de valores sociais, identidade, enraizamento, que revelam uma (re)conexão com o lugar. A construção desses novos mercados sociais significou ainda para a entrevistada a “construção do bem viver, respeitando a natureza, e o que ela tem para oferecer. A pandemia afastou fisicamente as pessoas, mas não afasta os objetivos, as crenças e o carinho com a terra e com as pessoas”.

O representante da Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul – Apoms também disse ter observado os resultados desse arranjo ecossistêmico. Na visão dos agricultores familiares, segundo ele, essa iniciativa simbolizou um alento, ao propiciar uma nova entrada de recursos financeiros. Até então, conforme lembrou ele, o abastecimento às redes de escolas era tido como certo, seguro e constante. De todo modo, assinalou que todos estão conscientes de que, como uma solução emergencial, ainda não foi suficiente para solucionar a gravidade e complexidade da situação. Afinal, as cestas básicas dessa iniciativa contemplaram apenas três a quatro bens produzidos por esses agricultores. Via de regra, suas produções são compostas por uma variedade muito maior de produtos alimentares. De toda forma, na opinião do entrevistado, tal condição não excluiu o sentimento de democratização e valorização do alimento saudável oriundo do campo, assim como dos elos de confiança estabelecidos entre os participantes. Na realidade, ter-se-ia inaugurado um novo formato de mercado social.

O responsável pela Apoms ressaltou, ainda, ter notado a gratidão por parte das famílias beneficiadas pelas cestas básicas. O momento que lhe pareceu mais marcante no que se refere a esse agradecimento foi quando teve a oportunidade de estar presente na cerimônia de entrega das cestas básicas em uma aldeia indígena. Ele pôde presenciar a “realização de uma oração coletiva indígena, na língua guarani, como forma de manifestar seu profundo agradecimento e na sequência vários depoimentos espontâneos ressaltando a ação social em benefício deles”.

Por fim, o entrevistado da Apoms salientou alguns outros aspectos valorizados particularmente por ele nesta experiência, entre os quais a maior aproximação e diálogo com o gerente do Banco do Brasil com quem se relaciona. Chamou a sua atenção, por exemplo, o acompanhamento de perto, por parte do gerente, de todos os processos, demonstrando interesse e reconhecendo os esforços para o atendimento deste novo mercado social. Nessa situação de maior proximidade e diálogo, à Apoms foi dada a oportunidade de se inscrever em outros programas governamentais de apoio à agricultura familiar. O coordenador da Apoms também reconheceu que esta experiência

ampliou a valorização e visibilidade dos agricultores familiares, tanto em mercados convencionais quanto em novas modalidades de mercado, como foi esta da produção de cestas básicas organizadas por um coletivo de consumidores.

Importante destacar, nesse sentido, a avaliação nas entidades articuladoras dos dois ecossistemas, que perceberam neste formato ecossistêmico de inovação territorializado, apoiado em cadeias curtas, possibilidades de se construir novos mercados sociais. Na construção desses ecossistemas mediados pelas relações de coalinhamento estabelecidas entre instituições, agricultores familiares e populações em situação de vulnerabilidade foi possível extrair das categorias de análise, à luz do referencial teórico selecionado, alguns fatores que concorreram para a concretização destas ações humanitárias. Um deles foi o fato de o ecossistema ter sido construído no contexto específico de cada território vivenciado pelos atores envolvidos, ou seja, os parceiros responsáveis pelo abastecimento das cestas básicas de alimentação e aqueles encarregados da sua distribuição.

O enraizamento social destas partes interessadas na resolução de problemas locais e os vínculos de confiança socialmente estabelecidos entre eles podem ser considerados fatores de sucesso na construção destes novos mercados sociais, na situação imposta pela pandemia da Covid-19. Neste sentido, Matte *et al.* (2016) também salientam a importância de inovações promovidas nos territórios que levem em conta as especificidades locais e os recursos já existentes. Entre estes, destaca as relações de confiança socialmente construídas e o enraizamento social dos atores envolvidos, chamando a atenção para este processo na construção de cadeias curtas.

Os dois ecossistemas de inovação associados às cadeias curtas, elaborados de forma territorializada, induzidos pela Fundação Banco do Brasil, como pudemos verificar, emergiram como solução estratégica para garantir a segurança alimentar de 3.600 famílias, de forma acelerada, embora em caráter temporário, durante o auge de uma pandemia.

Considerações finais

Os resultados obtidos a partir dos estudos realizados, de sua discussão feita mediante suporte do referencial teórico e das percepções apresentadas pelos responsáveis das entidades articuladoras dos dois ecossistemas de inovação permitiram que tecêssemos algumas considerações finais. A compreensão da estrutura e funcionamento destes arranjos ecossistêmicos de dinâmica inovadora induzidos pela Fundação Banco do Brasil exigiu melhor conhecimento do contexto das circunstâncias e

especificidades do território em que se manifestaram, assim como da natureza das políticas públicas que lhes serviram de incentivo.

Como constatamos, os dois ecossistemas de inovação induzidos temporariamente pela Fundação Banco do Brasil, construídos em duas territorialidades específicas de Mato Grosso do Sul, por meio de estratégias de cadeias curtas, obtiveram relativo sucesso na garantia, tanto do abastecimento de alimentos saudáveis às populações vulneráveis como do escoamento de produtos de pequenos fornecedores rurais e urbanos locais.

Para que essa dinâmica pudesse ser impulsionada, a escolha das organizações já reconhecidas na região e sua atuação baseada nos princípios da economia solidária e produção orgânica foram fundamentais. De um lado, foi possível obter mais coerência no arranjo institucional adotado e no seu ajuste ao atendimento das necessidades territoriais locais. De outro, os ecossistemas de inovação com regras negociadas e mediadas por relações de confiança e tecnologias digitais possibilitaram mais agilidade à dinâmica inovadora dos atores envolvidos. Além de dinamizar a economia local, os ecossistemas de inovação favoreceram a inclusão social de populações vulneráveis e, mesmo que de forma paliativa, garantiram a segurança alimentar das famílias-alvo no conjunto formado por estes dois territórios selecionados no Mato Grosso do Sul, via construção de novos mercados sociais.

O conceito de ecossistema de inovação, associado ao de cadeias curtas, que permitiu refletir esta prática política de ajuda humanitária às populações vulneráveis de regiões específicas de Mato Grosso do Sul, como uma solução emergencial e temporária, ainda precisa ser mais bem repensado em prazos mais longos. Não somente a duração da pandemia da Covid-19 vem extrapolando o tempo previsto, como ainda se desconhece o alcance dos impactos social e econômico decorrentes dela que poderão continuar exigindo soluções urgentes em termos de estruturas sistêmicas e dinâmicas de inovação desta natureza.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes), Código de Financiamento 001. As autoras agradecem também aos participantes da pesquisa.

Referências

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977. 226 p.
- BRASIL. *Decreto nº 9.214, de 29 de novembro de 2017*. Altera o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, que regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9214.htm. Acesso: 27 out. 2020.
- CARAYANNIS, Elias G.; CAMPBELL, David F. J. 'Mode 3' and 'Quadruple Helix': toward a 21st century fractal innovation ecosystem. *International Journal of Technology Management*, v. 46, n. 3/4, p. 201-233, 2009. Disponível em: <https://www.inderscienceonline.com/doi/pdf/10.1504/IJTM.2009.023374>. Acesso em: 8 nov. 2020
- CHESBROUGH, Henry W. The Era of Open Innovation. *MIT Sloan Management Review*, Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, p. 35-41, 15 abr. 2003. Disponível em: <https://sloanreview.mit.edu/article/the-era-of-open-innovation/>. Acesso em: 5 nov. 2020.
- CHIFFOLEAU, Yuna. Les circuits courts de commercialisation en agriculture: diversité et enjeux pour le développement durable. In: MARÉCHAL, Gilles (Org.). *Les circuits courts alimentaires: bien manger dans les territoires*. Dijon: Éducagri, 2008. p. 19-30.
- CHRISTENSEN, Clayton M. *O dilema da inovação: quando novas tecnologias levam empresas ao fracasso*. São Paulo: MBooks do Brasil, 2012.
- DONALD, Betsy; GERTLER, Meric; GRAY, Mia; LOBAO, Linda. Re-regionalising the food system? *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, Cambridge, v. 3, n. 2, p. 171– 175, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1093/cjres/rsq020>. Acesso em: 11 nov. 2020.
- FBB – Fundação Banco Do Brasil. *Proteja e salve + vidas: juntos podemos transformar realidades – Coronavírus COVID-19*, 2020. Disponível em: <https://coronavirus.fbb.org.br/>. Acesso em: 2 out. 2020.
- FREEMAN, Christopher. Introduction. In: DOSI, Giovanni; FREEMAN, Christopher; NELSON, Richard; SILVERBERG, Gerald; SOETE, Luc (Eds.). *Technical change and economic theory*. Londres: Pinter Publishers Limited, 1988.
- FUTEMA, Celia; TOURNE, Daiana Carolina Monteiro; ANDRADE, Francisco Alcicley Vasconcelos; SANTOS, Natália Moreira dos; MACEDO, Gabriela Silva Santa Rosa; PEREIRA, Marina Eduarte. A pandemia da Covid-19 e os pequenos produtores rurais: superar ou sucumbir? *Scielo Preprints*, v. 4, p. 15-26, 2020. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/967>. Acesso em: 18 dez. 2020.
- GOODMAN, David. The quality 'turn' and alternative food practices: reflections and agenda. *Journal of Rural Studies*, v. 19, n. 1, p. 1-7, 2003. Disponível em: <https://www.infona.pl/resource/bwmeta1.element.elsevier-4be8fb2b-21b3-3eee-8fe7-078387ee0143>. Acesso em: 6 fev. 2020.
- GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio; VASCONCELLOS, Fernanda C. França de. As compras públicas como instrumentos para a construção de sistemas alimentares sustentáveis. In: PREISS, Potira V.; SCHNEIDER, Sergio; COELHO-DE-SOUZA, Gabriela (Orgs.). *A contribuição brasileira à segurança alimentar e nutricional sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020. p 69-90. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/211291>. Acesso em: 8 dez. 2020.

- KIRWAN, James. Alternative strategies in the UK agro-food system: interrogating the alterity of Farmers' Markets. *Sociologia Ruralis*, v. 44, n. 4, p. 395-415, 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-9523.2004.00283.x>. Acesso em: 1 ago. 2020.
- HOLT, Georgina. Alimentos locais e mercados locais: estratégias para fazer crescer o setor local no Reino Unido. *Anthropology of food*, v. 4, 2005. Disponível em: <http://journals.openedition.org/aof/179>. Acesso em: 11. jun 2020.
- MARSDEN, Terry; BANKS, Jo; BRISTOW, Gillian. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. *Sociologia Ruralis*, Wageningen, v. 40, n. 4, p. 424-438, 2000. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1467-9523.00158>. Acesso em: 6 fev. 2020.
- MATTE, Alessandra; BORBA, Marcos Flavio Silva; NESKE, Márcio Zamboni; WAQUIL, Paulo Dabdad; SCHNEIDER, Sergio. A construção social dos mercados da pecuária familiar no sul do Rio Grande do Sul: o caso do cordeiro do território Alto Camaquã. In: CRUZ, Fabiana Thomé da; MATTE, Alessandra; SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). *Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.
- MOORE, James F. *The death of competition: leadership and strategy in the age of business ecosystems*. Nova York: Harper Business, 1996.
- NIEDERLE, Paulo André; WESZ JUNIOR, Valdemar João. *As novas ordens alimentares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.
- PELLEGRIN, Ivan de; BALESTRO, Moisés; ANTUNES JUNIOR, José Antonio Valle; CAULLIRAUX, Heitor Mansur. Redes de inovação: construção e gestão da cooperação pró-inovação. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 313-325, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rausp/article/view/44446>. Acesso em: 11 out. 2020.
- RENTING, Henk; MARSDEN, Terry; BANKS, Jo. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. *Environment and Planning A*, v. 35, n. 3, p. 393-411, 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1068/a3510>. Acesso em: 22 fev. 2020.
- RIBEIRO-SILVA, Rita de Cássia *et al.* Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Ciências & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 3421-3430, 2020. Disponível em: <https://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/implicacoes-da-pandemia-covid19-para-a-seguranca-alimentar-e-nutricional-no-brasil/17648?id=17648>. Acesso em: 23 out. 2020.
- RICHARDS, Richard Roberto. Short Food Supply Chains: expectations and reality. 2015. 135 f. Dissertação (Mestrado em Food Systems) – University of Vermont, Burlington, 2015. Disponível em: <https://scholarworks.uvm.edu/graddis/415>. Acesso em: 7 jun. 2020.
- ROSS, Nancy J. How civic is it? Success stories in locally focused agriculture in Maine. *Renewable Agriculture and Food Systems*, Cambridge, v. 21, n. 2, p. 114-123, 2006.
- SCHNEIDER, Sergio; FERRARI, Dilvan Luiz. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar – o processo de realocização da produção agroalimentar em Santa Catarina. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras, v. 17, n. 1, p. 56-71, 2015. Disponível em: <http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/949>. Acesso em: 10 set. 2020.
- SCHNEIDER, Sergio; GAZOLLA, Márcio. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas. In: SCHNEIDER, Sergio; GAZOLLA, Márcio. *Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

- SCHUMPETER, Joseph A. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- THOMAS, Llewellyn D. W.; AUTIO, Erko. Innovation ecosystems in management: an organizing typology. *Oxford Research Encyclopedia of Business and Management*, p. 1-38, 2020.
- VALKOKARI, Katri. Business, innovation, and knowledge ecosystems: how they differ and how to survive and thrive within them. *Technology Innovation Management Review*, Ottawa, v. 5, n. 8, p. 17-24, 2015. Disponível em: <https://timreview.ca/article/919>. Acesso em: 14 set. 2020.

Como citar

PITALUGA, Christiane Marques; LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. Ecossistemas de inovação e as cadeias curtas no abastecimento de alimentos saudáveis às populações vulneráveis em Mato Grosso do Sul durante a pandemia da Covid-19. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 404-426, jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n2-7>.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.